

Seminário vai discutir o custo da burocracia

A burocracia custa muito caro, tanto para o Estado como para as empresas e a sociedade. Essa é a opinião do presidente do Instituto Hélio Beltrão, João Geraldo Piquet Carneiro, estudioso da desburocratização das relações entre Estado, empresas e sociedade. **Página 2**

Piquet Carneiro foi recebido ontem por Renan Calheiros, a quem pediu a participação do Senado na realização de um seminário que visa estabelecer uma agenda com propostas para simplificar a administração pública, os negócios e a vida do cidadão. **Página 2**



Observados por Gabeira, Demostenes e Tuma (em pé), Biscaya e Lando conversam sobre os trabalhos da comissão

CPI pede ao Supremo que acabe com sigilo

Comissão decide trabalhar normalmente durante o recesso parlamentar deste mês, anuncia o relator Amir Lando

ACPI dos Sanguessugas vai à presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie, pedir a revogação do sigilo em torno dos 15 inquéritos contra parlamentares acusados de envolvimento em fraudes na aquisição de

ambulâncias superfaturadas com dinheiro do Orçamento da União. O encontro deve ocorrer na próxima semana. O relator da CPI, senador Amir Lando, anunciou que a comissão vai trabalhar normalmente no recesso parlamentar de julho. **Página 3**

Comissão do Senado debate com ministro o fator previdenciário

A proposta do senador Paulo Paim de acabar com o fator previdenciário na concessão de aposentadorias será debatida hoje em

audiência para a qual foram convidados o ministro da Previdência, Nelson Machado, e representantes de entidades sindicais. **Página 5**

CPI sugere que brasileiros no exterior elejam deputados

Deverá ser votado na próxima semana o relatório final da CPI da Emigração Ilegal, que sugere medidas para combater a entrada ile-

gal de brasileiros em outros países. O documento propõe também que brasileiros residentes no exterior possam eleger deputados. **Página 5**



Lúcia Vânia quer obrigar União a cumprir sua parte no fundo

Arns acredita em revolução a favor do país com o início do Fundeb

Ideli destaca o consenso que permitiu a aprovação da proposta

Senadores aplaudem aprovação do Fundeb

A correta aplicação dos recursos do Fundeb – o fundo para manutenção do ensino básico aprovado na terça-feira pelo Senado – pode resultar em melhoria dos salários dos professores,

da merenda e do transporte de alunos. A avaliação foi feita no Plenário por diversos senadores, como Lúcia Vânia, Flávio Arns e Ideli Salvatti. O Fundeb substituirá o Fundef. **Página 7**

Presidente do Instituto Hélio Beltrão quer presença do Legislativo em seminário que discutirá simplificação de regras para a administração pública, as empresas e a sociedade

Senado é convidado a construir agenda para reduzir a burocracia

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem em seu gabinete o presidente do Instituto Hélio Beltrão (IHB), João Geraldo Piquet Carneiro, estudioso da desburocratização das relações entre Estado, empresas e sociedade. Piquet Carneiro quer a participação do Senado na realização de um seminário, marcado para novembro e patrocinado pelo IHB, que visa estabelecer uma agenda com propostas para tornar mais simples as regras que disciplinam a administração pública, o negócio empresarial e a vida do cidadão.

O seminário, que também discutirá a prevenção à corrupção, receberá representantes de diversas universidades brasileiras, da Organização das Nações Unidas, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Organização



Em visita a Renan (D), Piquet Carneiro alerta para os custos gerados pela burocracia

de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico, além de membros do Legislativo, Executivo e Judiciário.

De acordo com Piquet Carneiro, a burocracia custa muito caro tanto para o Estado como para as empresas e a sociedade. Os mais apenados, a seu ver, são os cidadãos mais pobres, que

enfrentam dificuldades para obter documentos. Além disso, ressaltou a dificuldade para a abertura de empresas no Brasil. Segundo informou, 5% do faturamento de pequenos negócios são destinados à burocracia. Ele salientou ainda a importância da participação do Senado no esforço para desburocratizar a administração pública.

Raupp propõe emissão em braile de faturas de serviços públicos

Projeto do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) propõe a obrigatoriedade da emissão em braile de faturas de serviços públicos quando for solicitada pelo usuário. A proposta (PLS 196/06), que tramita na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), altera dispositivo da Lei 8.987/95 sobre concessão da prestação de serviços públicos.

Na justificação, Raupp afirma que existem 16,6 milhões de bra-

sileiros incapazes de enxergar ou com deficiência parcial de visão. Por isso, disse, são necessárias ações para ajudar essas pessoas a enfrentar tais dificuldades.

O senador ressalta que essas pessoas fazem parte de um contingente maior de 24 milhões de brasileiros portadores de deficiência. Raupp defende que sejam oferecidas a eles condições para o pleno exercício da cidadania.

– Suprimidas as barreiras de



Medida beneficiará 16,6 milhões de deficientes visuais, informa Raupp

acesso ao meio em que vivem, os portadores de deficiência tornam-se capazes de trabalhar, circular e exercer seus direitos e deveres – observou.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemburg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefe de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interna) (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Marco Maciel, Marcos Guerra e Luiz Otávio e pela senadora Heloísa Helena

Suassuna quer integrar corretor de imóveis ao mercado internacional

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) quer alterar a lei que regulamenta a profissão de corretor de imóveis (Lei 6.530/78) para torná-la mais exigente e apta a integrar o mercado imobiliário brasileiro ao cenário internacional, especialmente o da Europa e dos Estados Unidos. O projeto (PLS 142/06) aguarda decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e Suassuna pede urgência para sua aprovação.

Segundo o senador, seu projeto dá melhor ordenamento à profissão de corretor imobiliário. Além disso, institui, como valores fundamentais, a capacitação técnica e a educação continuada. A iniciativa possibilita, ainda, a criação de caixa de assistência aos



Com seu projeto, Suassuna busca melhorar capacitação de corretores profissionais e seus familiares.

Os corretores de imóveis, informou, agem na ponta de um segmento econômico que movimenta mais de 20% do produto interno bruto brasileiro, e atuam, mediante convênios, em parceria com países da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá, entre outros.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão do Plenário às 14h

A sessão plenária de hoje é não-deliberativa e começa às 14h. Estão previstos discursos e debates entre os senadores, e comunicados da Mesa diretora. Na próxima semana, serão retomados os esforços para aprovar projetos prioritários.

Desconto em folha de contribuição assistencial

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Subcomissão Especial de Trabalho e Previdência discutem às 9h a proibição do desconto em

folha da contribuição assistencial. O ministro da Previdência, Nelson Machado, está entre os convidados para o debate.

Fator previdenciário

Às 14h, no Auditório Petrônio Portella, o ministro da Previdência, Nelson Machado, debate o fim do fator previdenciário com as comissões de Direitos Humanos (CDH), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS).

Artistas brasileiros

A exposição *Artistas Brasileiros – 2006* está aberta até dia 14 de julho, com obras de 59 artistas indicados pelos senadores, representando todos os estados da Federação. A mostra pode ser visitada das 9h30 às 17h, no Salão Negro do Congresso.

Relator diz que comissão que apura denúncias de fraudes na compra de ambulâncias já possui elementos de provas importantes e muito material para analisar

Comissão quer fim do sigilo dos 15 inquéritos sobre parlamentares

Integrantes da CPI dos Sangueusgas terão na próxima semana novo encontro com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, disse ontem o presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ). A CPI vai pedir a ela que revogue a decisão do tribunal que exige do colegiado manter em sigilo os 15 inquéritos contra parlamentares acusados de envolvimento no esquema de fraudes na aquisição superfaturada de ambulâncias para prefeituras, com recursos orçamentários. As cópias de parte dos inquéritos e processos que tramitam em segredo de Justiça no Supremo já estão em poder do colegiado.

Bascaia e vários integrantes da CPI consideram que a determinação de manter as informações em sigilo “vem prejudicando os trabalhos da CPI”. Para o vice-presidente da comissão, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), “nenhum parlamentar pode ser responsabilizado, no presente ou no futuro, caso haja vazamento de informações”.

Já o senador Sibá Machado (PT-AC) teme que a CPI dos Sangueusgas “sigo o mesmo caminho” da CPI dos Bingos e se transforme em palanque eleitoral. Em entrevista à Agência Senado, Sibá disse que “já sente no ar a intenção de um verdadeiro massacre”, por parte da oposição, contra membros do governo ligados ao Ministério da Saúde.

A preocupação de Sibá deve-se também ao fato de estar na pauta da CPI, para a próxima semana, uma série de requerimentos de convocação de autoridades, entre eles o de autoria do deputado

Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) solicitando o comparecimento dos ex-ministros da Saúde do atual governo – Humberto Costa e Saraiva Felipe.

– Em retaliação, o deputado Dr. Rosinha (PT-PR) pede a convocação de José Serra, ex-ministro da Saúde no governo Fernando Henrique Cardoso – frisou o senador.

Planam

A CPI aprovou ontem requerimento de Raul Jungmann solicitando à Planam – empresa acusada de participação nas fraudes – que envie ao colegiado cópias dos balanços da empresa entre 2001 e 2005, bem como dos balanços contábeis mensais de 2006. Foi acolhido outro requerimento de Jungmann pedindo à Polícia Federal cópias de todas as informações sobre o envolvimento de parlamentares com a chamada máfia das ambulâncias.

Depoimentos

Sibá Machado e o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) viajam hoje para Cuiabá, onde vão acompanhar o depoimento de Luiz Antonio Trevisan Vedoin perante a 2ª Vara Federal. Trevisan, que se encontra preso, é acusado de ser um dos principais responsáveis pela montagem do esquema de superfaturamento.

Nesta segunda-feira, ainda em Cuiabá, membros da CPI tomam depoimento de Maria da Penha Lino, ex-assessora do Ministério da Saúde, apontada como a principal funcionária pública que intermediava as fraudes. Na terça-feira, a CPI pretende ouvir Darci Vedoin, pai de Trevisan e sócio da Planam. O depoimento também está marcado para a capital mato-grossense.

Começa entrega de notificações para a apresentação de defesa

O deputado Antonio Carlos Biscaia, que preside a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sangueusgas, anunciou em entrevista à imprensa que já estão prontas as notificações para que os parlamentares acusados de envolvimento no esquema de fraudes na compra de ambulâncias apresentem defesa junto à CPI. Ele informou que servidores da equipe administrativa da própria comissão deveriam começar a fazer a entrega das notificações

ainda ontem.

O prazo de cinco dias úteis para o parlamentar apresentar defesa ao colegiado começa a contar a partir da data de entrega da comunicação. Porém, como a maioria dos parlamentares deverá estar ausente de Brasília em virtude de registro de suas candidaturas em seus estados, integrantes da CPI acreditam que as notificações só serão entregues efetivamente a partir do início da próxima semana.



Amir Lando e Biscaia (D) na reunião em que o colegiado decidiu que continuará atuando durante a segunda quinzena de julho

CPI dos Sangueusgas trabalhará durante o recesso, anuncia Lando

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sangueusgas deve trabalhar normalmente este mês, mesmo no período do recesso parlamentar, de 18 a 31. A decisão foi anunciada ontem pelo relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), depois da reunião administrativa do colegiado.

Lando informou que a CPI já possui elementos de provas importantes e muito material para analisar. Ele disse que o procurador da República em Mato Grosso Mário Lúcio Avelar disponibilizou na terça-feira, depois de prestar esclarecimentos à comissão, os disquetes com todas as provas coletadas no curso das investigações. Avelar e o delegado federal Tardelli

Boaventura, que também falou aos integrantes da CPI no mesmo dia, foram os responsáveis pelo início das investigações sobre o esquema de fraudes com recursos do Orçamento na área de saúde, que envolveu parlamentares, empresários, funcionários públicos e prefeitos. Esse material disponibilizado pelo procurador vai possibilitar, na opinião de Lando, a sistematização das informações.

– Já temos um manancial de provas. Há muita coisa para analisar: material da Corregedoria, da Controladoria-Geral da União, do Supremo Tribunal Federal e da Polícia Federal. Toda a relatoria e a assessoria vão continuar. Temos que tra-

ilar muito no recesso.

Depoimentos

O relator disse ainda que a CPI poderá até colher depoimentos durante o recesso. No entanto, observou que apenas serão ouvidas as pessoas que ofereçam informações complementares ao material já em poder da comissão. O senador entende que o sigilo e a discreção são mais eficientes do que os depoimentos durante as investigações.

– Não serão ouvidas muitas pessoas porque já existem muitas informações. Não são necessários depoimentos infrutíferos, como nós já vimos em outras oportunidades, que foram um espetáculo diante da mídia – acrescentou.

Liminar garante direito do silêncio a Trevisan Vedoin

Na noite de terça-feira, o advogado da família Vedoin entrou com pedido de *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal em favor do empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, filho e sócio de Darci José Vedoin na empresa Planam e um dos principais acusados de integrar a quadrilha na compra superfaturada de ambulâncias para prefeituras, com recursos do Orçamento da União.

A presidente do STF, ministra Ellen Gracie, deferiu parcialmente a liminar requerida em favor de Trevisan, mas negou o pedido

para que fossem interrompidos os trabalhos da comissão parlamentar mista de inquérito.

Na liminar, a ministra garantiu ao empresário Trevisan o direito de permanecer em silêncio e a presença de seu advogado durante depoimento à CPI dos Sangueusgas, que estava inicialmente previsto para ontem. Trevisan se encontra preso no estado de Mato Grosso, onde será ouvido por integrantes da comissão nesta segunda e terça-feira.

A presidente do Supremo Tribunal Federal indeferiu, entretanto, o pedido para que o depo-

mento de Luiz Antônio Trevisan fosse realizado sem a presença da mídia e de jornalistas, alegando ser essa uma questão interna do Poder Legislativo.

A ministra Ellen Gracie defriu, por outro lado, o pedido de dispensa de Darci Vedoin, dono da Planam, em razão do seu estado de saúde, muito embora ele ainda não tenha sido formalmente convocado a depor à CPI dos Sangueusgas.

Vedoin foi internado em decorrência de problemas cardíacos, mas a suposta doença está sob investigação.



Heráclito quer votar indicações e projeto sobre bloqueio de celular em presídio

Luiz Otávio elogia união da bancada do Pará em votações

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) ressaltou, em

pronunciamento feito ontem no Plenário, o fato de a bancada do Pará, independentemente da sua diversidade política, votar matérias de interesse do estado de maneira coesa, unida, buscando o atendimento dos interesses locais.

Luiz Otávio assimilou que, na terça-feira, durante a votação de projetos concedendo autorização para contratação de créditos externos por estados, houve discussão acerca de questões políticas regionais. Ele se referia ao fato de o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) ter pronunciado, na ocasião, discurso em que alertou para a possibilidade do uso eleitoral de recursos de empréstimo externo para seu estado pelo governador Marcelo Miranda, seu oponente político.

– Ao contrário, nossa bancada apóia todo recurso que sai para melhorar a infra-estrutura do Pará, até mesmo os que são direcionados às estradas, uma das maiores necessidades locais – disse o senador, lembrando que os representantes do Pará no Congresso têm sido coerentes nas votações dessas matérias.

Luiz Otávio manifestou ainda a sua convicção de que, apesar da disputa política, a campanha eleitoral no estado do Pará será desenvolvida de forma tranquila.



Luiz Otávio diz esperar campanha eleitoral tranquila no estado do Pará

Moreira Mariz

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) fez um apelo, ontem, para que haja quórum na próxima reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado. Isso é necessário para que sejam votadas as indicações de Josef Barat para diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e de Francisco de

Oliveira Filho para diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (Antt). E também para que seja apreciado o projeto de lei que obriga as operadoras de telefonia celular a bloquear os sinais em penitenciárias federais e estaduais (PLS 137/06).

– Faço um apelo à ministra-chefes da Casa Civil, Dilma

Rousseff, para que mobilize a base do governo de forma a permitir a votação dessas matérias – declarou Heráclito Fortes, que é o presidente da comissão.

Ressaltando esperar que a votação ocorra o mais rapidamente possível, o representante do Piauí afirmou que “as agências reguladoras não podem ficar paradas”

e que, “neste momento de crise na aviação com o caso Varig, a Anac tem de funcionar em sua plenitude”. Heráclito salientou ainda a importância do PLS 137/06, relacionada à segurança pública.

A próxima reunião da comissão está marcada para terça-feira da semana que vem.

Para Saturnino, degradação moral de políticos é reflexo da sociedade

Senador afirma que os valores têm enfraquecido em razão da hegemonia mundial do mercado e sua ideologia do individualismo, do egoísmo e da competição agressiva

Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu ontem a classe política da acusação de dar mau exemplo à população em matéria de ética e honestidade. Para o senador, a degradação hoje verificada entre os políticos é “um reflexo do que ocorre na sociedade”.

A análise empreendida por Saturnino foi motivada por discursos dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS), que, na terça-feira, comentaram as opiniões do novelista Sílvio de Abreu em entrevista à revista *Veja*. Tomando como base pesquisas realizadas com telespectadores pela TV Globo, Abreu afirmou que há cinco anos a identificação do público com os personagens de bom caráter era maior. Agora as pessoas estão se mostrando “muito mais interes-



Saturnino lembra desaparecimento da referência socialista, focada na igualdade

sadas nos personagens negativos que nos moralmente corretos”, segundo o novelista. Os personagens bons estariam até sendo considerados enfadonhos.

Sílvio de Abreu disse ter “colhido indícios claros de que essa maior tolerância com os desvios

de conduta tem tudo a ver com os escândalos recentes da política”.

Para Saturnino, associar essa “invasão do cinismo” à atuação dos políticos é uma distorção. Ele acredita que os valores têm enfraquecido em razão da hegemonia mundial do mercado e sua ideologia do individualismo, do egoísmo e da competição agressiva. No entanto, desapareceu a referência socialista, com seu foco no planejamento e na igualdade.

Cooperariam também para a descrença na ética e na solidariedade, conforme o senador, a diminuição do poder da família e da religião, que teria perdido seu sentido cristão original de fraternidade. Saturnino culpou também a banalização da injustiça e a influência da mídia.

ACM rebate petistas e afirma que vai derrotar Lula na Bahia

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem que o candidato do presidente Lula ao governo da Bahia será derrotado. Ele fez a afirmação em resposta a declarações de integrantes do Partido dos Trabalhadores à imprensa de que o candidato do presidente, ex-ministro Jacques Wagner, vai derrotar o candidato do PFL à reeleição, Paulo Souto. O assunto foi tratado ontem no *Blog do Josias*, com a informação de que Lula vai “despejar um caminhão de dinheiro na Bahia para eleger seu candidato”.

– O objetivo do governo é derrotar Antonio Carlos na Bahia, mas asseguro que Lula é quem sairá derrotado – assinalou o senador, lembrando que Lula

estava em campanha no estado, em 2002, pedindo seu apoio no segundo turno e foi ajudado, “o que demonstra o cinismo do presidente”.

A escolha do tesoureiro de campanha de Lula à reeleição, José de Filippi Júnior, prefeito licenciado de Diadema (SP), foi criticada pelo senador, que o classificou como “um novo Delúbio Soares”, em razão das informações de que o tesoureiro terá de pagar na Justiça multa de R\$ 183 mil por ceder *outdoors* à CUT. O assunto foi alvo de CPI e recebeu denúncia do Ministério Público.

Antonio Carlos criticou também a execução do Bolsa Família pelo governo e anunciou que apresentará requerimento

solicitando uma lista de todos os beneficiários do programa, alvo de denúncias de irregularidades.

O senador pediu ainda votos para o candidato da coligação PSDB-PFL à Presidência da República, Geraldo Alckmin, enfatizando que o ex-governador de São Paulo saberá executar com maior transparência e competência o Bolsa Família.

– Fazem o discurso, mas não sabem como materializá-lo. Lula afirmou que o Brasil seria campeão mundial de futebol e deu no que deu. Depois, ele disse que torceria por Portugal. Vai dar azar assim em outro lugar – frisou.



Motta acusa presidente de fazer propaganda “para enganar o povo”

Motta diz que Lula gasta R\$ 5 bi para tentar se reeleger

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está gastando R\$ 5 bilhões em propaganda “para contar mentira e enganar o povo” na tentativa de se reeleger, segundo afirmou ontem João Batista Motta (PSDB-ES). O senador listou uma série de promessas feitas por Lula que não foram cumpridas, ora por ter sido desautorizado por funcionários subalternos, ora para criar factóides.

Motta lembrou promessas como as obras do aeroporto de Vitória, cujos recursos foram retirados pelo então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no dia seguinte à visita de Lula ao Espírito Santo. O parlamentar também citou a promessa de tapar os buracos das estradas federais e a contratação sem licitação de empreiteiras para o serviço.

– Onde estão as estradas recuperadas? Em lugar nenhum – ressaltou.

O senador citou ainda o programa do biodiesel, que já tem objeção do Ibama; as parcerias público-privadas (PPPs), que não têm uma obra sequer em todo o país; e o Fundeb, que leva R\$ 44 bilhões de estados e municípios “que não sabem como vão pagar essa conta, enquanto o governo federal entra com apenas R\$ 2 bilhões”.

– Fazem o discurso, mas não sabem como materializá-lo. Lula afirmou que o Brasil seria campeão mundial de futebol e deu no que deu. Depois, ele disse que torceria por Portugal. Vai dar azar assim em outro lugar – frisou.



ACM aponta “cinismo do presidente”, que teria pedido seu apoio na eleição passada

Roosevelt Pinheiro



Documento propõe a criminalização do tráfico internacional de pessoas para emigração

Relatório da CPI da Emigração Ilegal deve ser votado na próxima semana

O relatório final da CPI Mista da Emigração Ilegal deverá ser votado na próxima semana, provavelmente na quarta-feira, de acordo com a secretaria da comissão. O prazo para a apresentação de emendas encerrou-se na segunda-feira.

O relatório do deputado João Magno (PT-MG), apresentado no último dia 28, contém diversas recomendações para combater a entrada ilegal de brasileiros em outros países, como a aprovação, pelo Congresso, do projeto de lei que altera o Código Penal a fim de possibilitar a tipificação do crime de exploração sexual (PL 4.850/05). Resultante do trabalho desenvolvido pela CPI que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes, o projeto encontra-se na Câmara dos Deputados, pronto para ser votado em Plenário.

Entre as proposições de autoria da própria CPI da Emigração, que é presidida pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), está a PEC 5/05, que pretende permitir que brasileiros residentes no exterior possam eleger deputados pelo sistema majoritário. Outro projeto apresentado pela comissão prevê criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, inserindo essa espécie de conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro (PLS 15/06).

A CPI da Emigração foi criada em junho de 2005, por meio de requerimento do então senador Hélio Costa (PMDB-MG) – que mais tarde licenciou-se para assumir o cargo de ministro das Comunicações – para apurar os crimes e delitos penais e civis praticados com a entrada ilegal de brasileiros em outros países.

Suplicy: entrada da Venezuela no Mercosul fortalece o bloco

Para Eduardo Suplicy (PT-SP), a entrada da Venezuela no Mercosul “é, possivelmente, um dos fatos mais significativos da história do bloco”. Ele reconheceu que a incorporação do país governado por Hugo Chávez “provoca controvérsias e gera tensões”, mas ressaltou que a expressividade em termos econômicos, comerciais e energéticos da Venezuela aumenta o peso do Mercosul e fortalece seu “poder de barganha” em relação a outros países e blocos.

– Sabemos que há setores que temem a influência política e ideológica do presidente Chávez. Esses temores não parecem inteiramente válidos. A influência conjunta dos demais membros do bloco não permitirá que a agenda ou a retórica do Mercosul seja conduzida pela Venezuela ou qualquer outro país individualmente. E o Brasil poderá exercer um papel moderador ou apaziguador, como já o fez anteriormente por ocasião



Adesão representa uma ampliação considerável de mercado, diz Suplicy

de conflitos entre a Venezuela e outros países – ressaltou.

Citando estudo do Banco Mundial, Suplicy disse que a Venezuela teria gerado uma renda nacional bruta de US\$ 128 bilhões no ano passado. O protocolo de adesão ao Mercosul foi assinado por Chávez na terça-feira, em cerimônia realizada em Caracas que contou com a presença dos presidentes do Brasil, Lula; da Argentina, Néstor Kirchner; do Paraguai, Nicanor Duarte; e do Uruguai, Tabaré Vazquez.

Principal foco da discussão, da qual participa Nelson Machado, é o projeto de Paim que visa modificar a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social

Audiência debate extinção do fator previdenciário

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza hoje, às 14h, audiência pública para debater o fim da adoção do fator previdenciário na concessão de aposentadorias. Para o debate, a ser realizado por requerimento dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Valdir Raupp (PMDB-RO), foram convidados o ministro da Previdência Social, Nelson Machado, e representantes de mais de 15 entidades sindicais.

Durante a audiência será debatido o projeto de lei de autoria de Paim que modifica a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social e propõe a extinção do fator previdenciário. O projeto (PLS 296/03) encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde é relatado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR).

A proposição já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas houve apre-



Comissão de Direitos Humanos ouve ministro da Previdência e sindicalistas

sentação de recurso para análise do projeto pelo Plenário. Os parlamentares propuseram ampliar o debate em torno da matéria, que ainda deverá ser discutida em audiência pública conjunta entre a CAS e a CAE, conforme requerimento de Raupp.

Paulo Paim explicou que o fator previdenciário foi instituído pela Lei 9.876/99 e estabelece que o valor da aposentadoria dependerá da idade do trabalha-

dor, do tempo de contribuição e da expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria, calculada a partir de estimativas do IBGE.

Segundo o senador, o mecanismo – criado para equilibrar as contas da Previdência e desestimular a aposentadoria precoce – tornou-se perverso, ao fazer com que os trabalhadores permaneçam mais tempo como contribuintes e menos como beneficiários.



Roosevelt Pinheiro

Zambiasi defende instalação de centro de pesquisas espaciais no RS

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) chamou a atenção para a importância do requerimento que ele e outros parlamentares gaúchos encaminharam à Casa Civil e à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República em que solicitam a agilização da instalação do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais, com sede em Santa Maria (RS).

O empreendimento, de acordo com o senador, tem um enorme potencial de desenvolvimento regional e trará grandes bene-

fícios para os agricultores do estado, que, de posse das informações meteorológicas, poderão se prevenir contra os impactos de fenômenos como a estiagem e desastres naturais, como enchentes.

– A cada ano, assistimos, no Rio Grande do Sul, ao drama de agricultores que sofrem com os humores do clima, cada vez mais desregulado. Quando discutimos saídas para esses problemas, nos damos conta de que, mais do que amenizar os efeitos da seca ou

das enchentes, é preciso evitar que grandes desastres aconteçam. Estudos na área da ciência e da tecnologia poderiam ajudar nossos pequenos agricultores a trabalhar com maior precisão – assinalou Zambiasi.

Senado aprova voto de aplauso a Ivo Pitanguy

O Plenário do Senado aprovou voto de aplauso ao cirurgião plástico Ivo Pitanguy, que completa 80 anos amanhã.

O requerimento foi apresentado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

– Ivo Pitanguy é exemplo de disciplina, de compromisso e de solidariedade. Por isso mesmo,

a homenagem, idealizada pelo deputado Júlio Lopes, não poderia ser mais louvável. Quantas crianças, quantos jovens, quantas pessoas marcadas por queimaduras ou outras deformações físicas não tiveram sua auto-estima recuperada pelas mãos habilidosas, pelas mãos mágicas do nosso professor ou pelas mãos de seus

alunos? – indagou Renan, que recebeu apoio em apartes dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Flávio Arns (PT-PR) e João Batista Motta (PSDB-ES).

Além de médico e professor premiado no mundo todo, Ivo Pitanguy é membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Nacional de Medicina.



Para Maciel, base mais profunda do êxito no desenvolvimento está na educação

Marco Maciel defende conciliação de crescimento e desenvolvimento

Marco Maciel (PFL-PE) destacou ontem, em Plenário, a importância de conciliar crescimento econômico com desenvolvimento humanístico. O senador fez essa observação por entender que o país tem apresentado taxas de desenvolvimento extremamente baixas. Para ilustrar sua preocupação, Maciel lembrou

que, em 2005, o Brasil apresentou taxa de crescimento inferior à dos demais países da América Latina, com exceção do Haiti, o mais pobre da região.

Na opinião do senador, a base mais profunda do êxito no desenvolvimento está na educação. Ele defendeu uma parceria mais efetiva entre universidades e em-

presas brasileiras e investimentos em ciência e tecnologia para que o país alcance um desenvolvimento que seja sinônimo de humanismo e integração social.

Maciel frisou ainda a importância de ter a informática como suporte nesse processo, recomendando sua união ao aprendizado matemático e o domínio precoce

de suas técnicas. Em aparte, Roberto Saturnino (PT-RJ) comentou tese de doutorado, da qual será examinador, que propõe uma reavaliação do processo de desenvolvimento em curso, voltado mais para o uso de recursos científicos e tecnológicos em prol do progresso econômico que do desenvolvimento humanístico.

Governo Lula arrecada muito e investe pouco, lamenta Alvaro

Senador cita estudo para advertir que carga tributária voltou a superar 40% do produto interno bruto este ano. Em sua opinião, "números são assustadores"

A partir de estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem o aumento da carga tributária no Brasil. Segundo o estudo, assinalou o senador, a carga tributária voltou a superar 40% do produto interno bruto (PIB) no primeiro trimestre deste ano.

– Os números são assustadores. A carga tributária atingiu 40,69% do PIB entre janeiro e março deste ano, contra 37,06% nos últimos quatro meses de 2005 e 41,23% em igual período do ano passado – relatou.

Apesar da arrecadação recorde, Alvaro Dias lembrou que houve diminuição dos investimentos públicos. Ele explicou que nos três primeiros anos o governo Lula investiu 69% a menos em termos reais do que o montante gasto no triênio anterior.

– Considerados apenas os nú-



Apesar da arrecadação recorde, houve diminuição dos investimentos, diz Alvaro

mero de 2005, o governo Lula arrecadou R\$ 404 bilhões em tributos e investiu pífios R\$ 10 bilhões, 2,47% daquele total, enquanto a rubrica "outras despesas correntes", que é o balão no qual cabem todos os desperdícios públicos, totalizou R\$ 55 bilhões. De cada R\$ 100 arrecadados no ano passado, R\$ 97,53 foram gastos com despesas correntes e com pagamento de juros da

dívida pública. Apenas R\$ 2,47 foram investidos em obras de infra-estrutura – afirmou.

Reforma

O senador defendeu uma reforma do sistema tributário que cumpra os preceitos de eqüidade, eficiência e neutralidade, competitividade e simplicidade. Para ele, o presidente Lula preferiu se apernar em vez de fomentar o crescimento numa época de bonança sem precedentes.

– Em junho a saída de capital externo da Bolsa de Valores de São Paulo [Bovespa] foi recorde, chegando a R\$ 2,26 bilhões. Mais uma vez ficou comprovado que foi inócu a decisão de isentar os investidores estrangeiros do pagamento de Imposto de Renda e da CPMF. Há uma clara sinalização de que o cenário onírico que muitos apostaram que iria perdurar foi substituído pela turbulência no mercado internacional – concluiu.

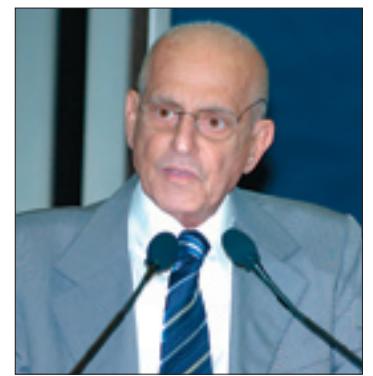
Para Ramez Tebet, governo é negligente com o agronegócio

Ao discursar ontem em Plenário, Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu a implementação, por parte do governo federal, de políticas direcionadas à recuperação do agronegócio. O senador destacou a necessidade de uma política de investimentos em seguro rural, pesquisa e sanidade, para evitar problemas como o da febre aftosa.

– Há uma certa negligência [do governo federal] para enfrentar os problemas daqueles que trabalham no campo – protestou.

Tebet lembrou que "foi o agronegócio que salvou a balança comercial em 2003 e 2004, quando a política de juros altos segurava o resto da economia", lamentando que neste momento o setor passe por uma crise profunda. Segundo ele, a participação da agroindústria no produto interno bruto (PIB) do país caiu de 30,58% em 2003 para 27,87% em 2005.

– O governo federal não pode deixar que a produção agropecuá-



"Foi o agronegócio que salvou a balança comercial em 2003 e 2004", lembra Tebet

ria caia – disse ele, acrescentando que "a agroindústria foi o setor da economia que mais contribuiu para o desenvolvimento nacional nos últimos dez anos".

O senador lamentou ainda a saída de Roberto Rodrigues do Ministério da Agricultura. Tebet afirmou que Rodrigues "foi sempre leal ao presidente da República", mas que teve de enfrentar disputas com integrantes do próprio governo.

Novo ministro poderá reverter crise na agricultura, diz Jonas Pinheiro

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) lamentou ontem a saída do ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, que deixou o governo há alguns dias, mas disse confiar no novo titular da pasta, Luís Carlos Guedes Pinto, que, em sua opinião, vai se empenhar para acelerar a adoção de novas medidas reivindicadas pelos produtores rurais para reverter a crise no setor.

De acordo com Jonas Pinheiro, é preciso diminuir os custos da produção com a redução dos impostos incidentes sobre insumos agrícolas e a melhoria na infra-estrutura de portos e estradas. Para prevenir a eclosão de novos focos de febre aftosa é necessária, conforme o senador, a implementação de um sistema de controle sanitário.

Segundo Jonas Pinheiro, Ro-



Jonas Pinheiro acredita em empenho de Luís Carlos Pinto para ajudar produtores

drigues reestruturou o ministério, abriu espaço para a agricultura brasileira em mercados internacionais e manteve-se aberto ao diálogo com os produtores rurais. O senador atribuiu ao ex-ministro a implantação de medidas emergenciais para combater os efeitos da crise.

Sarney cobra acordo para área de livre comércio



Líderes se comprometeram a aprovar projeto de Sarney no final de 2005

José Sarney (PMDB-AP) cobrou ontem o cumprimento de um acordo firmado pelos líderes partidários do Congresso para aprovação do projeto de lei de sua autoria que beneficia a Área de Livre Comércio de Macapá-Santana com os mesmos incentivos fiscais destinados às grandes indústrias localizadas na região Centro-Sul do país.

O projeto, lembrou o senador, trata da concessão de benefícios para a industrialização de pro-

írio ao Plenário, algum líder pede a sua retirada – afirmou.

Sarney lamentou que os líderes estejam cedendo a pressões das grandes indústrias, que temem uma improvável competição com o parque industrial que poderá surgir nessas novas áreas de livre comércio. O senador lembrou que desde que o acordo foi assinado o Congresso já aprovou isenções fiscais de R\$ 20 bilhões para indústrias do Centro-Sul, mas se nega a aprovar ajuda para regiões pobres.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que a região de Foz do Iguaçu está enfrentando problema semelhante.



Aelton: projeto irá incluir jovens no mercado de trabalho formal

Aelton destaca iniciativa que gera empregos

Em pronunciamento feito ontem no Plenário, o senador Aelton Freitas (PL-MG) comemorou os resultados de um programa de primeiro emprego desenvolvido pela unidade da cidade de Araxá (MG) da rede de franquia de escolas de administração e informática Bit Company. O projeto, informou o senador, denominado Profissional do Futuro (Profut), treina anualmente 160 jovens, principalmente na área de informática, para que, após a capacitação, possam ajudar escolas públicas e outras entidades sociais a melhor utilizarem computadores.

– Fiz questão de trazer essa experiência de sucesso para a tribuna para lembrar que a batalha contra o desemprego ainda está longe de ser vencida em nosso país e precisa ser encarada com seriedade pelo poder público e pelas entidades privadas, sobretudo por meio de investimentos firmes na melhor qualificação profissional – assinalou o senador.

Aelton Freitas informou ainda que nos próximos 12 meses o projeto Profut deverá inserir 500 jovens brasileiros no mercado formal de trabalho. Em 2008, adiantou, está prevista a implementação do Profut em 200 unidades da rede Bit Company, o que representará a inclusão de 32 mil adolescentes anualmente em trabalhos voluntários visando à conquista do primeiro emprego.

Moreira Mariz

Senadores destacam importância do Fundeb para a melhoria do ensino

A importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), aprovado na terça-feira pelo Senado Federal, foi destacada ontem, em pronunciamentos, por Lúcia Vânia, Flávio Arns e Ideli Salvatti. Em razão de emendas introduzidas na Casa, a proposta voltou à Câmara dos Deputados

para apreciação dessas modificações.

O Fundeb vai substituir o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), vigente desde 1998. Além de destinar mais recursos financeiros, o novo fundo contemplará todo o nível básico – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Lúcia Vânia



Emenda tipifica como crime não repasse de recursos pela União

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou, em discurso da tribuna, a incorporação, à proposta de mudança constitucional que cria o Fundeb, de emenda de sua autoria que tipifica como crime de responsabilidade a não-complementação, pela União, dos recursos destinados ao novo fundo.

– A emenda também não permite qualquer tipo de condicionamento à entrega de recursos, de acordo com a proposta do relator, senador José Jorge [PFL-PE], ao vedar o contingenciamento dos recursos da complementação – explicou a senadora.

Lúcia Vânia afirmou que a correta aplicação dos recursos do fundo deverá resultar em “melhoria dos salários dos professores, da situação física das escolas, da qualidade da merenda e do transporte dos alunos”.

Em apartes, vários senadores elogiaram a contribuição de Lúcia Vânia. José Jorge também destacou o trabalho desempenhado pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e por outros senadores na aprovação da proposta. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) alertou para a necessidade de aplicação de penas ao governo federal caso este não repasse os recursos do Fundeb a estados e municípios. Já o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou a atuação dos partidos de oposição em favor da matéria.

Flávio Arns



Novo fundo garante considerável aumento de recursos ao setor

Ao comparar o Fundeb, que deverá financiar a educação infantil e os ensinos fundamental e médio, com o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), o senador Flávio Arns (PT-PR) observou que o novo instrumento garantirá, só no primeiro ano, um aumento de 500% em relação às verbas do fundo que ainda está em vigor.

– Serão, assim, R\$ 400 milhões do Fundef contra R\$ 2 bilhões do Fundeb, que deverá contar com aportes de R\$ 3 bilhões e R\$ 4,5 bilhões do governo federal, respectivamente, no segundo e no terceiro ano de implantação – disse o parlamentar.

Em aparte, o senador César Borges (PFL-BA) ponderou que a maior parte dos recursos do Fundeb deverá vir de estados e municípios, salientando que os R\$ 4,5 bilhões a serem aplicados pela União representarão apenas 10% do total de verbas do fundo.

Em resposta ao senador oposicionista, Arns argumentou que estados e municípios devem encarar esses gastos não como despesas, mas como investimentos.

Voto de pesar

Flávio Arns apresentou à Mesa do Senado requerimento de voto de pesar pelo falecimento do coronel José Cândido Borba, membro do conselho consultivo da Federação Nacional das Apaes (associações de pais e amigos dos excepcionais).

Ideli Salvatti



Estados precisam se engajar na defesa da educação básica

Ao manifestar sua satisfação com a aprovação da proposta que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou a expectativa da sociedade com o novo instrumento. Ela disse que o fundo deve beneficiar 47 milhões de estudantes da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio, além do ensino profissional e de jovens e adultos. A senadora ressaltou o consenso suprapartidário em torno da proposta.

Entre os avanços assinalados por Ideli está a ampliação do número de estudantes beneficiados, o aumento gradativo de investimentos federais na educação e a vinculação de 60% das verbas do fundo ao pagamento de salários de quem exerce atividades na escola. A senadora chamou atenção ainda para a necessidade de estados e municípios estarem mais engajados em defesa da educação básica.

Ela citou o jornalista Merval Pereira, que, em sua coluna em *O Globo*, afirma que a educação básica é responsabilidade direta dos entes federados.

Mortalidade

Ideli Salvatti também anunciou a realização de audiência pública na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, na próxima segunda-feira, para discutir a adesão da rede de saúde do estado ao pacto pela redução da mortalidade materno-infantil.



Objetivo não é centralizar a gestão e sim fiscalizar, afirma Cristovam

Cristovam quer federalização da educação básica

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu ontem a federalização da educação básica para que haja uma homogeneidade na qualidade do ensino, na qualificação dos professores, na estrutura das escolas e nos salários pagos aos funcionários. Cristovam ressaltou, entretanto, que essa iniciativa não significaria centralizar a gestão, mas, principalmente, a fiscalização.

O parlamentar também sugeriu a definição de metas para a educação, a exemplo do que já ocorre para controlar a inflação. Para Cristovam, é preciso haver metas para a universalização do ensino básico e para a implantação do ensino integral.

O senador afirmou em seu discurso que considera vergonhosa a existência, no Brasil, de crianças fora da escola, de trabalho e prostituição infantil, de racismo e de outros problemas sociais.

Ele disse lamentar que, para muitas pessoas, seja mais fácil envergonhar-se pelo desempenho da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo do que pela existência de tais mazelas.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) cumprimentou Cristovam Buarque pelo discurso. Já Paulo Paim (PT-RS) criticou os intelectuais que se posicionaram contrariamente ao projeto de concessão de cotas para negros nas universidades públicas.

Roosevelt Pinheiro

Audiência para autorizar plebiscitos

Projeto de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) quer obrigar o Congresso a realizar audiências públicas e dar ampla divulgação externa sobre a consulta a ser feita antes de deliberar sobre a realização de plebiscitos ou referendos no país. A iniciativa (PLS 183/06) altera a Lei 9.709/98 e será votada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Zambiasi diz que o objetivo é a qualificação do debate sobre as questões passíveis de encaminhamento à consulta popular, para que parlamentares disponham de um conjunto maior de informações e opiniões para formar sua intenção de voto. E acrescenta que a divulgação ampla e prévia da consulta popular qualifica o debate e atende também o eleitor, que poderá ter um voto mais consciente.

De olho no futuro

O senador reconhece que a matéria pode parecer pouco relevante, já que apenas três consultas populares foram efetivamente realizadas ao longo da história republicana do país.

– A lei, no entanto, deve olhar para o futuro. Parece clara uma tendência ao recurso mais frequente da consulta popular direta, sem prejuízo do funcionamento dos instrumentos tradicionais de representação. Numa situação, previsível, de uso corriqueiro de referendos e plebiscitos, é prudente assegurar a provisão de um mínimo de informação e argumentação aos que decidirão sua efetivação ou recusa – ressaltou.

Senador pede coerência ao presidente da República e afirma que o déficit da Previdência não impede a concessão de aumento aprovado por unanimidade pelo Plenário, na terça-feira

Paim faz apelo para que Lula não vete reajuste de aposentadorias

O senador Paulo Paim (PT-RS) dirigiu apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que não vete o reajuste de 16,67% para aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social, aprovado na terça-feira pelo Senado, por unanimidade, e que já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados com apenas cinco votos contrários.

De acordo com o senador, serão beneficiados cerca de 10 milhões de aposentados e pensionistas que já sofreram perdas de até 72% dos seus ganhos nos últimos dez anos, em decorrência da inflação. O parlamentar pediu coerência ao presidente da República em relação ao voto e



Paim ressalta que a medida irá beneficiar 10 milhões de aposentados e pensionistas

lembrou que o déficit da Previdência não impede que o aumento seja concedido.

– Vamos procurar fontes para viabilizar o reajuste. O importante é que ele vai beneficiar pessoas de baixa renda, que recebem pensões de um a seis salários mínimos – frisou.

Idade racial

Paim também encaminhou à Mesa votos de aplauso ao Grêmio Futebol Porto Alegrense, por campanha lançada em parceria com o Ministério Público do Rio Grande do Sul contra a discriminação racial. Voto de aplauso no mesmo sentido foi encaminhado pelo senador à Fédération Internationale de Football Association (Fifa), pela campanha contra a discriminação racial realizada na Copa do Mundo.

César Borges cobra investigação de sabotagem em plantações de cacau

Ao ler trechos de reportagem publicada pela revista *Veja*, o senador César Borges (PFL-BA) solicitou ontem à Polícia Federal (PF) que ouça rapidamente pessoas indiciadas no caso de disseminação da praga vassoura-de-bruxa nas plantações de cacau da Bahia. César Borges reclamou do fato de a PF ter ouvido até o momento apenas o técnico em administração Luiz Henrique Franco Timóteo, autor das denúncias, e não aqueles denunciados por ele. As pessoas implicadas, referidas por César Borges, são funcionários da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) do Ministério da Agricultura.

– A Polícia Federal, apesar de ter aberto inquérito por solicitação dos senadores da Bahia, que estivemos com o ministro da Justiça, Márcio

Thomaz Bastos, não ouviu ainda essas pessoas que estão sendo acusadas. Só ouviu o denunciante – disse.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP), ao informar que o ministro já estava tomando providências, manifestou apoio a César Borges.

Embarcação estrangeira

O senador pela Bahia protestou ainda contra voto do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao projeto de lei do Senado (PLS 230/03) de sua autoria que regula o prazo de admissão temporária de embarcações estrangeiras no Brasil. A proposição de César Borges permite a permanência por até dois anos de barcos de turistas estrangeiros em visita ao país, enquanto pela legislação em vigor tais embarcações só podem permanecer na águas territoriais brasileiras por até três meses.

César Borges: Polícia Federal ainda não ouviu acusados de espalhar praga vassoura-de-bruxa

Lembrando que o próprio senador Aloizio Mercadante (PT-SP) reconheceu a inadmissibilidade do voto de Lula, César Borges destacou a importância da alteração da legislação para o desenvolvimento do setor de turismo brasileiro.

– O importante é avançarmos no turismo náutico e podermos receber mais de 5 mil embarcações por ano, gerando emprego ao longo do litoral – afirmou.

Economia brasileira tem “crescimento medíocre”, critica Marcos Guerra

Marcos Guerra (PSDB-ES) classificou de “medíocre” o crescimento do produto interno bruto (PIB) de 2,3% em 2005. Para ele, o desempenho pode ser considerado ainda mais decepcionante se for levado em conta o cenário favorável da economia mundial.

O mais grave, na opinião de Marcos Guerra, é que os especialistas em política econômica

estão prevendo “o mesmo quadro deprimente” neste e nos próximos dois anos, com um patamar de crescimento do PIB que não deverá superar os 3,5%, contra 6% previstos para outros países considerados emergentes.

– Não é difícil descobrir o que empestra o nosso crescimento: ausência de planejamento governamental de médio e longo prazo, carga tributária

massacrante, política cambial alheia à realidade e os juros mais altos do mundo – disse.

Para o senador, a combinação desses fatores desestimula novos investimentos e arruina os setores produtivos, principalmente aqueles formados por micro e pequenas empresas.

Segundo informou, a indústria brasileira estaria se encaminhando

para um crescimento de apenas 2,4% nos seis primeiros meses deste ano, de acordo com estudo divulgado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. E este pequeno incremento, observou o senador, seria propiciado pela produção da indústria ligada ao petróleo, minerais em geral e bens intensivos em capital – setores que geram poucos postos de trabalho.



Política do governo desestimula investimentos, diz Marcos Guerra

Sarney propõe isenção fiscal para entidades

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) com o objetivo de conceder isenção tributária à Academia Brasileira de Letras (ABL), à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O PLS 191/06 também propõe o cancelamento dos débitos fiscais dessas instituições.

Ao justificar a proposição, Sarney afirma que essas entidades – associações civis seculares, de caráter cultural e científico, sem fins lucrativos – enfrentam sérias dificuldades decorrentes da pesada carga tributária a que são sujeitas.

Estímulo à cultura

A ABL, criada em 1897, elegeu como seu primeiro presidente o escritor Machado de Assis e, para secretário-geral, o escritor e político Joaquim Nabuco. A instituição, segundo seu estatuto, tem por finalidade a cultura da língua nacional. A ABI foi criada em 1908, com o principal objetivo de “assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais e tornar-se um centro poderoso de ação”, conforme a página da entidade na internet.

Já o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, de acordo com seu estatuto, tem por finalidade preservar a cultura nacional, estimular os estudos históricos, geográficos e de outras ciências sociais no Brasil e reunir documentos relativos à formação histórica brasileira com vistas à preservação da memória nacional.